

NOTÍCIAS CNTV



Boletim Eletrônico

Confederação Nacional dos Vigilantes - Brasília - DF 21/02/2014 - Edição 995

CNTV apoia luta dos guardas municipais de Lins (SP) pelo pagamento dos 30%



O presidente da Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV), José Boaventura, e o diretor Amaro Pereira debateram nesta quinta-feira (20), na Câmara de Vereadores da cidade de Lins, em São Paulo, o cumprimento da lei da Periculosidade para os guardas municipais e demais profissionais de segurança pessoal e patrimonial que atuam naquele município.

O evento e o convite à CNTV foram de iniciativa do Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Vereador Geraldo Correia (PT) e

contou com a participação maciça dos guardas municipais, representantes da prefeitura e da imprensa.

Boaventura falou da luta pela aprovação da Lei Fernando Maia (12.740/2012), da regulamentação e da garantia do benefício para os guardas municipais, vigilantes de empresas públicas, além dos profissionais da segurança privada. A Secretária da Prefeitura, presente no evento, se comprometeu a agendar uma reunião já para a próxima semana com autoridades do município, sindicatos e Comissão dos Guardas para debater o tema. Os dirigentes da CNTV mais uma vez reiteraram seu apoio aos trabalhadores e se comprometeram a prestar todo auxílio que se fizer necessário.

Fonte: CNTV

Vigilantes da PMT de Timóteo (MG) cobram pagamento de adicional e horas extras

Uno Os vigilantes da administração pública de Timóteo, Minas Gerais, realizaram na manhã desta quinta-feira (20) uma manifestação em frente o prédio da prefeitura municipal. Os funcionários exigem o pagamento do adicional de periculosidade e horas extras. Durante o protesto os vigilantes solicitaram a presença do prefeito Keisson Drumond (PT).

A lei que exige o pagamento das horas extras e do adicional foi sancionada o ano passado pela presidente Dilma Rousseff (PT) e foi encaminhada às administrações públicas para que se fizesse cumprir a nova norma. Porém, segundo os manifestantes até hoje a administração não efetuou os pagamento. O prefeito enviou um comunicado ao líder do protesto informando que irá conversar com a categoria na próxima segunda-feira (25). O manifesto foi pacífico, mesmo assim a Polícia Militar compareceu para garantir a ordem.

Fonte: Jornal Vale do Aço

Vigilantes do Estado de Sergipe prometem greve caso não haja acordo

Os vigilantes públicos do estado do Sergipe prometem entrar em greve caso o Governo do não chegue a um acordo quanto ao pagamento dos 30% do adicional de periculosidade e o reajuste salarial. A categoria esteve reunida em assembleia na tarde desta quinta-feira, 20, na sede da Central Única dos Trabalhadores de Sergipe (CUT/SE).

Segundo o presidente do Sindicato dos Vigilantes do Setor Público do Estado de Sergipe (SINDIVIPSE), Ferreira Júnior, o pagamento da periculosidade aos vigilantes é garantido por lei federal. “Conforme a lei federal 12.740, todos os vigilantes devem receber o direito da

periculosidade, por se tratar de uma profissão de risco. Porém, o governo do estado não paga aos vigilantes públicos os 30% de periculosidade”, argumenta.

Ferreira Júnior explica ainda que a categoria luta pelo plano de carreira e está insatisfeita com as condições de trabalho. De acordo com ele, se até o dia 13 de março não houver um acordo com o governo, os vigilantes realizarão uma paralisação de 72h. “Se o governo não apresentar soluções após esta paralisação de 72h, iremos parar de vez”, completa.

Seplag

A Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão

(Seplag), informou, através de sua assessoria de comunicação, que as questões relacionadas à periculosidade devem ser tratadas com a Procuradoria Geral do Estado (PGE). Sobre as questões salariais e de carreira dos vigilantes, a assessoria afirmou que o governo vem realizando um estudo sobre a reestruturação de carreira de várias categorias, inclusive a dos vigilantes. Além disso, a assessoria acrescentou que o governo vem mantendo diálogo com o SINDIVIPSE a fim de chegar um acordo.

Fonte: Infonet

Governo do AP retoma licitação para contratar empresa de vigilância

Processo havia sido impugnado em dezembro de 2013. Edital não previa adicional de insalubridade de 30%.

O governo do Amapá informou que vai retomar o processo licitatório para contratação de nova empresa de vigilância para atender escolas das Zonas Rural e Urbana do estado. O procedimento havia sido impugnado pelo desembargador Gilberto Pinheiro em dezembro de 2013, um dia após a própria Secretaria de Estado da Educação (Seed) ter suspenso o processo.

Na época da suspensão, uma das empresas que concorriam no certame impetrou um mandado de segurança alegando que o edital não estabeleceu o adicional de 30% de periculosidade no Risco de Acidente de Trabalho (RAT). A licitação previa apenas 3%.

Inicialmente o Estado recorreu da decisão por entender que as informações necessárias já constavam no processo, contudo, segundo o procurador-geral do estado Antônio Cleber, o governo “fez o pedido de reconsideração afirmando que as falhas haviam sido corrigidas”.

“A partir desta reconsideração, o Tribunal de Justiça do Amapá liberou o andamento do processo. (...) Houve na verdade uma confusão. O adicional de periculosidade sempre foi de 30%. Os 3% correspondiam aos níveis de acidente no trabalho”, destaca Antônio Cleber.

Esta foi a terceira vez que a licitação para vigilância foi impugnada. As outras ocorreram em

2011 e 2012. Todos foram a pedido da atual empresa que, desde 2010, presta serviço sem contrato firmado e se mantém com decisões judiciais, declarou a Seed.

“É necessária a nova licitação pois o número de postos de atuação aumentou bastante. Então, o atual efetivo de vigilantes não consegue atender a toda demanda”, reforçou o procurador-geral.

A licitação prevê contrato de doze meses, podendo ser renovado por até 60 meses, se assim decidir a administração. Ela vai abranger 594 postos de vigilância, a atual cobre 550.

Fonte: G1

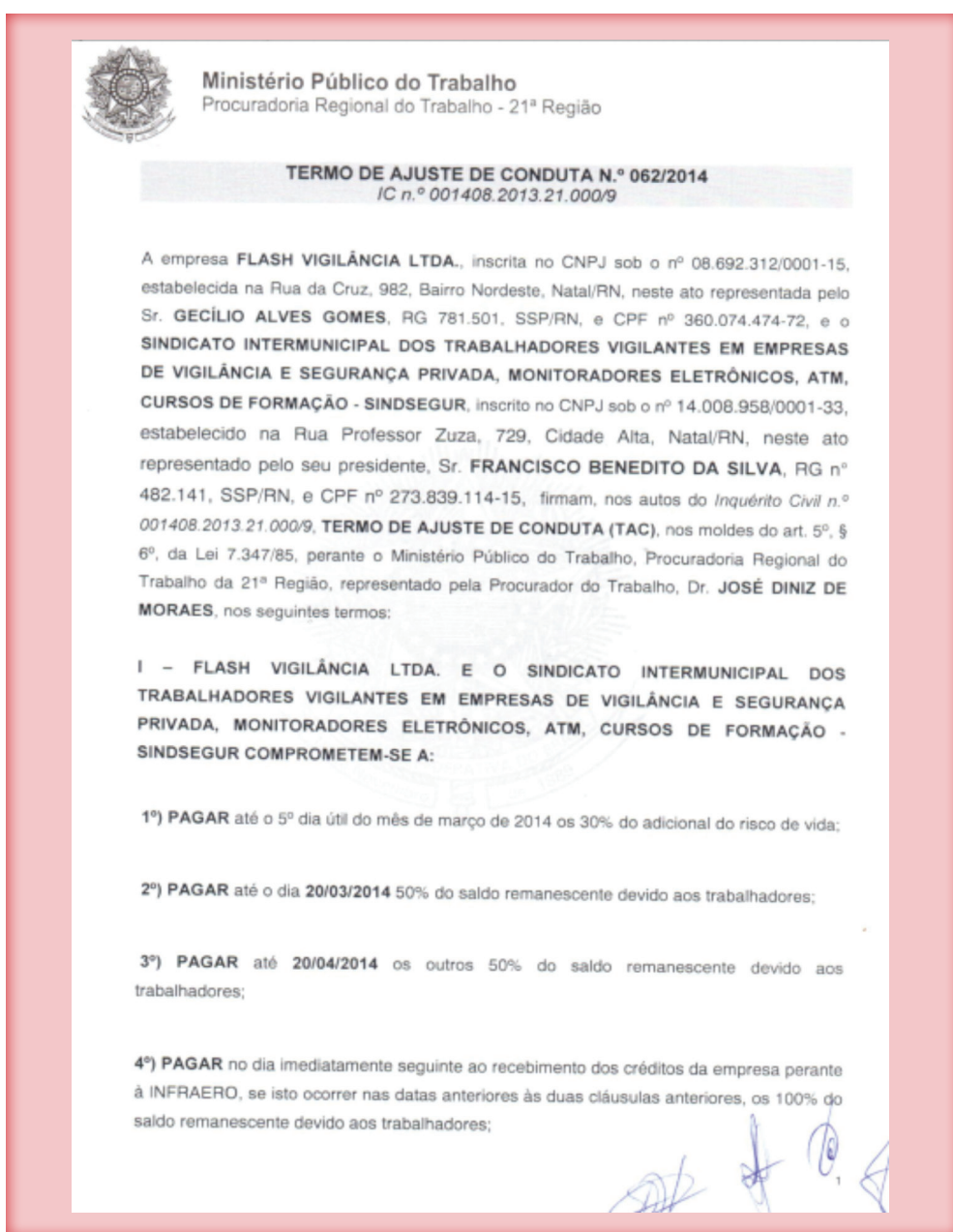
Confira o Termo de Ajuste de Conduta e Ata da audiência na Procuradoria Regional do Trabalho assinado pela empresa Flash

A Durante audiência ocorrida nesta quinta-feira (20/2) na Procuradoria Regional do Trabalho, o representante da Flash Segurança Privada, Gecílio Alves Gomes, assinou um Termo de Ajuste de Conduta onde se compromete a pagar os valores devidos aos vigilantes e a reintegrar o funcionário Marcone da Cruz Costa, que havia sido demitido por justa causa no último dia 19.

A audiência foi solicitada pelo SINDSEGUR (Sindicato Intermunicipal dos Vigilantes) para reivindicar a reintegração de Marcone Costa, que exerce o mandato de delegado sindical junto ao sindicato.

Valeu a luta do SINDSEGUR em defesa da categoria. Mais uma demonstração do comprometimento da direção do sindicato com os trabalhadores. Fique de olho no site: sindsegur.org.br e nas redes sociais. Curta e compartilhe as informações da assessoria de imprensa do sindicato.

Fonte: Sindsegur/RN



Expediente:
Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV
Presidente da CNTV: José Boaventura Santos
Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz
Jornalista: Pricilla Beine
Projeto gráfico e Diagramação: Anibal Bispo



site: www.cntv.org.br
email: cntv@terra.com.br
Fone: (61) 3321-6143
SDS - Edifício Venâncio Junior, Térreo, Lojas 09-11
CEP: 73300-000 Brasília-DF